

SOUSA, Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas. A expansão urbana de Mossoró e a produção de lugares excluídos do País de Mossoró. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v1, n.1, jan-jul de 2021, p. 54-79, ISSN (Em Solicitação).

A EXPANSÃO URBANA DE MOSSORÓ E A PRODUÇÃO DE LUGARES EXCLUÍDOS DO PAÍS DE MOSSORÓ

The urban expansion of Mossoró and the production of excluded regions in the Mossoró Land

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa¹

Resumo: O trabalho tem como eixo analítico o debate a respeito do surgimento da Favela das Malvinas na dinâmica de expansão urbana de Mossoró/RN. A Favela das Malvinas surge a partir da metade da década de 1980 do século XX, com uma ocupação informal de terras à margem da BR 304 sentido saída para Natal/RN. Para dar conta do surgimento desse lugar, trilharemos a história social do urbano mossoroense. Entendemos que optar pela historicização dos processos de evolução e desenvolvimento urbano nos ajuda a compreender de onde vieram os primeiros moradores, assim como quais os motivos macroestruturais da cidade deslocaram essas populações para uma região periférica. Ajuda também a compreender a ecologia urbana da cidade de Mossoró: a ocupação dos bairros e como isso se relaciona com os processos de clivagem e estratificação social. Para a elaboração da pesquisa, partimos da seguinte pergunta problema: Há relação entre os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade de Mossoró e a formação da Favela das Malvinas? Parte-se da hipótese que o projeto de expansão urbana de Mossoró gerou territórios excluídos por estarem desconectados territorial e simbolicamente da cidade oficial. Nesse sentido, aproximamos os projetos econômicos que acarretaram o desenvolvimento da cidade com os projetos políticos que também a configuraram.

Palavras-chave: País de Mossoró, Favela das Malvinas, expansão urbana, história social, empreendedorismo moral

Abstract: The work has as an analytical axis the debate about the emergence of the Favela das Malvinas in the urban expansion dynamics of Mossoró/RN. The Favela das Malvinas emerged from the mid-1980s of the twentieth century, with an informal occupation of private land on the edge of the Highway 304 to Natal. To account for the emergence of this place, we will trace the social history of the city. We understand that opting for the historicization of the urban evolution and urban development processes helps us to understand where the first residents came from, as well as what

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH / UERN. Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pelo DCSP/UERN, bolsista CAPES/DS. Membro do Grupo de Estudo Culturais (GRUESC).

were the macro-structural reasons of the city to move these populations to a peripheral region. It also helps to understand the urban ecology of the city of Mossoró: the occupation of the neighborhoods and how this is related to the processes of cleavage and social stratification. For the elaboration of the research, we started from the following question: Is there a relationship between the elements that promote the urban expansion of the city of Mossoró and the formation of the Favela das Malvinas? It starts from the hypothesis that the urban expansion project of Mossoró generated excluded territories, because they are territorially and symbolically disconnected from the official city. In this sense, we bring together the economic projects that led to the development of the city with the political projects that also shaped it.

Keywords: Mossoró Land, Malvinas Favela, urban expansion, social history, moral entrepreneurship

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como eixo analítico o debate a respeito do surgimento da Favela das Malvinas, - enquanto fenômeno aglutinador de ocupações pauperizadas, marginais e, em alguns casos, ilegais, - na dinâmica de expansão urbana de Mossoró/RN. Mossoró é um município do Estado do Rio Grande do Norte situado no Oeste Potiguar. O município possui estimadamente 300 mil habitantes, segundo o IBGE. É o segundo maior em território e com grande importância econômica, se colocando enquanto central para toda a região sob sua influência (ROCHA, 2005). As favelas da Favela das Malvinas surgem a partir da metade da década de 1980 do século XX, com uma ocupação informal de terras à margem da BR 304 sentido saída para Natal/RN.

Para dar conta do surgimento desse lugar, trilharemos a história social da cidade, construindo um pano de fundo e temporalizando a Favela das Malvinas. Iremos ao período colonial, quando em 1772 surgiu a fazenda que dá origem ao povoado nuclear do urbano mossoroense, abordando, posteriormente, as especializações econômicas da cidade que transformaram e fomentaram a morfologia urbana da cidade. Até chegar ao momento histórico de surgimento da ocupação que anos depois veio a transformar-se em um bairro formado por diversos conjuntos habitacionais.

Entendemos que optar pela historicização dos processos de evolução e desenvolvimento urbano nos ajuda a compreender de onde vieram os primeiros moradores, assim como quais os motivos macroestruturais da cidade deslocaram essas populações para uma região periférica. Ajuda também a compreender a ecologia urbana da cidade de Mossoró: a ocupação dos bairros e como isso se relaciona com os processos de clivagem e estratificação social. Mas temos noção da limitação que a perspectiva macroestrutural e de tempo longo traz, impossibilitando enxergar mais de perto o cotidiano de atores e agentes sociais do urbano mossoroense, cujos complexos simbólico-interacionais se fazem essenciais para compreender o que podemos chamar de Cidade Sensível, nas palavras de Pesavento (2007).

Para a elaboração da pesquisa, partimos da seguinte pergunta problema: Há relação entre os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade de Mossoró e a formação da Favela das Malvinas? Parte-se da hipótese que o projeto de expansão urbana de Mossoró gerou territórios excluídos por estarem desconectados territorial e simbolicamente da cidade oficial. Nesse sentido, aproximamos os projetos econômicos que acarretaram o desenvolvimento da cidade com os projetos políticos que também a configuraram.

A partir das contribuições de Felipe (2001), temos acesso a um estudo sobre o projeto político da família Rosado na cidade Mossoró, que durante os anos de dominação política do clã trabalhou para a construção de uma memória social local que resgata figuras e acontecimentos da história da cidade para construir um lugar moral e emocionalmente marcado: O 'País' de Mossoró, um projeto de uso político da memória, que constrói uma cidade oficial simbolicamente dotada de elementos ideológicos de *progressismo, liberdade e igualdade*. Mesmo que seja possível enxergar na história da cidade fatos que refutam os ideais inventados.

Acreditamos que houve e ainda há diversos segmentos sociais excluídos dessa história contada pelas elites de empreendedores morais locais, não fazendo parte dessa 'Cidade-Estado' e desse lugar reinventado (FELIPE, 2001). Além disso, o empreendedorismo moral (BECKER, 2008) dos Rosados ignora essa exclusão socioespacial e simbólica e consegue pacificá-la. O presente trabalho é uma revisão bibliográfica das produções científicas que tiveram como objeto de pesquisa a História de Mossoró, a expansão urbana de Mossoró ou seu processo de urbanização. Os trabalhos encontrados são em maioria pertencentes à Geografia Urbana ou influenciados por uma perspectiva de análise macroestrutural, mas capturados pela ótica de um sociólogo e antropólogo urbano em formação.

Assim, a perspectiva predominante nesses trabalhos é de uma visão de *Longe e de Fora* (MAGNANI, 2002), enfocando processos econômicos, a história social do trabalho ou a cidade enquanto produto dos processos produtivos que nela ocorrem. Essas teorias são bastante úteis para ter acesso ao contexto e a formação de regiões morais (PARK, 1979) específicas analisadas, já que esse artigo faz parte de um projeto maior, de caráter etnográfico e que busca uma problematização de *Perto e de Dentro* da cultura emotiva e moral do urbano mossoroense recortado analiticamente desde o cotidiano da Favela das Malvinas; além de oportunamente contar com uma visão interdisciplinar, agregando possibilidades para enriquecer o objeto ora estudado. Abordamos e problematizamos as contribuições de Felipe (2001), de Pinheiro (2007) e de Rocha (2009). Do primeiro aproveitamos o que tange à parte política e simbólica da História de Mossoró. Dos dois últimos aproveitamos suas ricas análises, sobretudo em um viés econômico, sobre o processo de urbanização mossoroense.

ANOS INICIAIS DE MOSSORÓ

A afirmação mais segura a respeito do surgimento do processo de colonização do território de Mossoró/RN é a de que ela teve origem em 1772, a partir da formação de um povoamento ligado às atividades da fazenda do Português Antônio de Souza Machado. Seria a partir desse povoamento, da

construção de uma capela para Santa Luzia, que o nucleamento urbano de Mossoró teria sua origem. Conforme afirma Pinheiro (2007), as fazendas na região ocupavam a ribeira do Rio Mossoró, que desde 1700 vinha sendo colonizado e pacificado pelos missionários do Convento de Nossa Senhora do Carmo, expulsando e exterminando os povos originários locais e permitindo a ocupação da região por brancos.

Em 1772, em cumprimento de promessa feita pela intercessão de Santa Luzia, Antônio de Souza Machado e sua mulher Rosa Fernandes, solicitam a Provisão das Dignidades do Cabido de Olinda/PE, autorização para construção de uma capela em suas terras, permissão essa concedida a 5 de agosto de 1772. A construção da Capela de Santa Luzia é considerada o marco inicial para o surgimento da Cidade de Mossoró (PINHEIRO, 2007, p. 54),

A fazenda em questão era de produção pastoril de gados, que nesse momento da dinâmica econômica colonial servia para abastecer os engenhos das capitâncias hereditárias mais importantes, como a do Recife, que se destacava pela exploração da cana-de-açúcar a partir do trabalho de pessoas em situação de escravidão. É importante destacar a função das cidades nesse período histórico, já que, no modelo de administração colonial, a importância econômica, seja de produção ou de exploração de matérias-primas, não estava nas cidades, mas, sim, nas outras regiões, sobretudo nos grandes latifúndios. A função da cidade estava atrelada ao aparelho colonial, à sua administração, à burocracia que levava aquilo que pertencia à metrópole. De acordo com Rocha:

No Brasil, as Vilas representavam o primeiro degrau da vida urbana. Eram aglomerados urbanos que funcionavam como Sede de um Distrito Municipal, enquanto Cidades, desde o Período Colonial, sempre representaram, por força da lei, a sede do Poder Municipal. Isso significa que a Cidade se definiria pela função político-administrativa, não pelo número de habitantes (2005, p. 29).

A cidade, - enquanto tecnologia social de governo e administração de territórios por parte da Metrópole, - apresenta dentro da estrutura de poder e hierarquia do sistema político colonial uma dominação marcada pela superexploração econômica e pela quase total subordinação política, seja dos colonos ou dos povos originários e pessoas escravizadas, todos submetidos ao poder da coroa portuguesa. Constatamos, assim, uma variação histórica da cidade no Brasil, não sendo sinônimo de unidade industrial, mas de aparelho burocrático, e que variava conforme a capitânia hereditária/província/unidade federativa em que ela se encontrava, dentro de uma divisão nacional do trabalho. O período inicial do povoamento mossoroense é, então, marcado por uma economia lenta baseada na atividade pastoril do gado, mas com um grande potencial nas oficinas de carne seca, que era exportada para outras capitâncias. É relatado nos trabalhos estudados que a construção e o desenvolvimento de oficinas de

carne seca, a partir do salga da carne bovina, fomentada por elementos favoráveis no Rio Grande do Norte, entrou em conflito com o interesse de capitâncias maiores, como a da Paraíba e a de Pernambuco, que queriam a carne do gado fresca para abastecer os seus mercados consumidores internos.

Como aponta Rocha (2005, p. 27):

A carne, beneficiada em Mossoró e também na povoação de Açu, teve, portanto, sua exportação proibida imediatamente, pois foi considerada prejudicial ao abastecimento de carne fresca de Recife e da região canavieira. O charque, no entanto, continuou a ser produzido no Ceará.

O relato histórico feito é que nesse período o povoamento inicial de Mossoró não se expandia e não passava da quadra da Matriz da Igreja de Santa Luzia. Podemos adicionar aos elementos dessa estagnação a disputa sobre a carne seca. Constatamos também como as atividades econômicas do povoado estavam baseadas, dentro de uma divisão nacional do trabalho, no abastecimento de regiões com maior importância para a economia colonial, como Pernambuco e Paraíba, construindo uma relação de dependência.

A influência política das regiões mais abastadas conseguia, assim, perifezar os interesses das outras e atrasava seu possível desenvolvimento político-econômico e sociocultural. Pensamos, então, nesse primeiro momento da cidade como de ritmo lento, com um tempo social marcado pela atividade pastoril, com uma centralidade política, ideológica e social na fazenda e na instituição Igreja Católica. São marcas de um modelo de colonização com uma hierarquia social bastante ligada ao binômio *pessoa em situação de escravidão e homem livre*, capaz de indexar papéis sociais de fácil diferenciação. Seria apenas com um conceito de urbano muito amplo que conseguiríamos falar de um urbano mossoroense nesse momento.

É no Brasil Império que o povoamento inicial de Mossoró começa a desenvolver elementos propícios para o seu desenvolvimento, a partir do empreendimento moral e político do Padre Antônio Joaquim Rodrigues, em um contexto nacional dos políticos divididos entre dois partidos: o liberal e o conservador. Fundando em 1852, o partido Conservador, em Mossoró, liderado pelo padre, tem como principal projeto a elevação da condição político-administrativa do então complexo populacional ruralizado de Freguesia para Vila. Obtendo êxito no empreendimento.

Figueiredo (2007, p. 63), nesse sentido, enfatiza que:

Assim, pela Lei Provincial nº246, de 15 de março de 1852, fora o território da ribeira do Mossoró desmembrado do Município do Açu, formando um novo Município. O núcleo de Santa Luzia fora elevado

à categoria de Vila de Mossoró, e o núcleo de São Sebastião fora elevado à categoria de Distrito de Paz.

Anos depois, a vila promulga o primeiro Código de Postura que a ordenará, o nº 305, Resolução de 18 de julho de 1855 (CASCUDO, 2010). Sendo uma tentativa de mudança de comportamentos na vida, hábitos sociais, norma para construção de casas, além de taxação de impostos para uma série de atividades, sejam de agricultura ou comercial. Trata-se de mudanças que tem por primazia a Ordem na vila, diante acusações de desorganização causada durante a gestão do partido liberal. Assim, essa Postura promulgada pela vila muito se deve a esse momento anterior de acusações de terreno baldio, terra sem lei e sem ordem. E tem na gênese os mesmos padrinhos políticos, ligados sobretudo ao Padre Vigário Antônio Joaquim. O Código de Postura é um empreendimento moral (BECKER, 2008) de transformação do lugar, alterando o cotidiano dos moradores, que partiam de uma sociabilidade mediada por outros códigos mais ligados ao ordenamento pastoril e de técnicas mais rudimentares.

O cotidiano sendo afetado, as sociabilidades são afetadas, a forma de interação entre os moradores é afetada, o Código de Postura busca para a 'evolução' de Mossoró uma nova moralidade pautada na modernidade latente da época e ordena novos sentidos emocionais e comportamentais de convivialidade pública e privada. Vale lembrar que estamos falando de uma sociedade estamental, com pouca mobilidade entre as estratificações sociais, em que impera uma política restrita aos 'excelentes' do sistema relacional e simbólico de posições, fronteiras e papéis sociais. A partir do estabelecimento dos padrões arquitetônicos de casas e ruas no Código de Postura, os intendentes do município puderam iniciar um processo de derrubada de casebres na área central da cidade, com o pressuposto de embelezar e higienizar o ambiente. Fernandes (2014, p. 50) aponta que: "Sendo assim, os imóveis que não condiziam com o conceito de belo idealizado pela municipalidade mossoroense eram demolidos por ordem da Câmara municipal".

Trata-se, então, de uma noção de embelezamento que envolve não somente o julgamento moral sobre o tipo de imóvel que deveria seguir os ideais da municipalidade, - e que não correspondia a uma realidade em si da situação social da cidade, - mas, sobretudo, de um projeto político de uma Mossoró enquanto uma cidade cosmopolitana no Nordeste Brasileiro. Ainda segundo Fernandes (2014), a elite e os jornalistas locais pareciam estar atualizados sobre as notícias nacionais, sobretudo a respeito do empreendimento moral de urbanização encabeçado por Pereira Passos no Distrito Federal.

Então, seguir a tendência higienista e de embelezamento das grandes cidades era colocar Mossoró, do ponto de vista de projeto político, - e

civilizatório, - em pé de igualdade com as capitais nacionais e com as metrópoles europeias, mesmo que não seguisse, ainda, os mesmos padrões em termos de população ou desenvolvimento. A lei era colocada pelo grupo dominante e seu efeito abrangia todos os moradores. O Código de 1852 tinha a intenção de romper, portanto, com certas tradições e de incentivar por meio de um empreendedorismo moral bastante impositivo a formação de novos homens e de uma nova cidade.

A partir desse período, Mossoró passou a vivenciar um crescimento urbano bastante significativo para a época, a ponto de o historiador Luís Câmara Cascudo considerar o intervalo de dez anos, que vai de 1860 a 1870, como “a década do expansionismo”. Nestas referidas décadas, foi erguido um considerável número de edificações: casas, armazéns e estabelecimentos comerciais (ROCHA, 2005, p. 33).

Os comerciantes, novos atores e agentes sociais que fariam parte da sociedade da época, a partir dos anos seguintes, não trouxeram somente mercadorias para a negociação, mas também os princípios e ideias alinhadas com o Positivismo e com o Iluminismo nascente na época. Então, em detrimento do que explicitamos anteriormente sobre a cidade de Mossoró, observa-se a partir desses dado históricos, uma tentativa forçada de mudança, tendo como objetivo uma vida urbana, moderna e cosmopolitana, alinhada com ideologias pujantes, fomentando nacionalmente, segundo Oliven (1980), com a vida metropolitana carioca pós transferência da corte portuguesa para o Brasil e com o processo de Independência do Brasil.

Tais mudanças, em um primeiro momento, teriam sido capazes de transformar a estrutura da cidade para adequá-la à elevação de categoria que ela teve (tornando-se Freguesia), e de embelezá-la. Mas, pensando em processos políticos e sociais, as mudanças ocorridas podem ser vistas como capacitante para as elites urbanas locais empreenderem cada vez mais no sentido de consolidação de uma modernidade e desenvolvimento tendo como centralidade a cidade, alinhando a cidade da burocracia e a cidade do belo, da vida pública, dos negócios.

Na cidade, as transações dos comerciantes eram feitas. Na cidade que se encontrariam os sonhos da elite, os sonhos cosmopolitas, os sonhos de cidade eficaz em potencializar negócios. Graças a essa retórica, ligado ao porvir da cidade, é que se faz possível a oposição modernidade versus tradição. Disputa moral essa que encontra em seu caminho modos de vida e personagens que serão taxados como *tradicional*, como *problema* a ser enfrentado para se chegar à modernidade. Nesse sentido, serão operacionalizados pelos empreendedores morais locais, mais uma vez, os dispositivos (Como o Código de Postura) de pacificação, de colonização e até mesmo de extermínio físico e de trabalho forçado, objetificando economicamente os homens comuns já assentados na Freguesia e os

retirantes das secas que chegavam em levas dos interiores conforme os períodos de estiagem.

Empório Comercial: Mossoró em vias de modernização (1875-1915)

Um momento bastante importante para a nossa pesquisa é o período histórico quando Mossoró foi considerada um Empório Comercial, a partir da chegada de comerciantes de outras regiões e países para a cidade, fazendo com que a sua praça comercial crescesse. A sua importância se destaca pelo ordenamento que ele traz para a cidade: expandiu a malha urbana, construindo prédios, fomentou a construção de novos bairros. Do ponto de vista político, a cidade tem contato forte com ideias positivistas e com o Iluminismo que se espalhava pelo mundo. Importância enxergada também nos fatos históricos gerados nesse momento e que foram apropriados pela elite política local, que os reescrevem e os herdam, de modo a se estabelecerem na política como realizadores dos sonhos da elite comercial do Empório mossoroense.

Antes de 1857, Mossoró ensaiava um desenvolvimento industrial, - sobretudo a partir do beneficiamento da cera da carnaúba e do algodão, - que tentava diversificar a economia pastoril; mas ainda pouco expressivo dentro do contexto econômico da época (PINHEIRO, 2007). Quando o Porto de Mossoró (atualmente localizado nas mediações do município de Grossos) é incluído na rota marítima da Cia. Pernambucana de Navegação Costeira e o porto de Aracati-CE é assoreado, Mossoró encontra a oportunidade para o seu desenvolvimento econômico. A partir de 1857, diversos comerciantes instalam casas comerciais na Praça de Mossoró, escoando produtos de toda região oeste do Rio Grande do Norte, de regiões do Ceará e da Paraíba, formando, assim, uma grande zona de influência para a Vila de Mossoró.

Assim sendo, a Vila se expandiu rapidamente através do comércio de importação de produtos manufaturados europeus e de exportação de matérias primas locais, como o algodão, couro e sal para o mercado externo. A maioria dos comerciantes que se estabeleceram na Vila provinha do decadente comércio de Aracati. Entre eles, destacava-se o suíço Johan Ulrich Graf – proprietário da firma J. U. Graff & Cia, que se estabeleceu na Vila em abril de 1867. Com lojas em outras vilas e municípios, era uma poderosa firma importadora e exportadora de gêneros do país e do estrangeiro, que abriu as portas do comércio de Mossoró (PINHEIRO, 2007, p. 66).

Os comerciantes demandam uma estrutura para a Vila de Mossoró que facilite os seus negócios, utilizando-a para reprodução de seus capitais econômicos. Assim, a arquitetura da cidade é marcada pela construção de galpões e pela expansão de estradas que facilitem o transporte de seus produtos. Mossoró, durante esse período, vive uma expansão demográfica; cresce também sua importância política e econômica.

A lei de n. 620, de 9 de novembro de 1870 (CASCUDO, 2010), fez com que o predicado de Mossoró mudasse, deixando de ser vila para ser Cidade. Dada a expansão demográfica e a efervescência comercial, é admitido na história da cidade que ela conseguiu a elevação graças aos comerciantes. Estabelecendo-se em um contexto nacional, na ideologia de progressos graças aos comerciantes. Os comerciantes, muito deles estrangeiros, trouxeram para a cidade de Mossoró ideias que ajudaram a construir um discurso político por muito tempo dominante. O Iluminismo, ideologia de grande força na Europa, pregava princípios de fraternidade, de igualdade e de liberdade. Em Mossoró, muitos daqueles comerciantes faziam parte da Maçonaria. Esse grupo ajudou a estimular a cultura na cidade de Mossoró, junto com a criação de associações civis.

No caso de Mossoró, o outro 'espelho iluminado' que faz par com os ideais de liberdade é a igualdade. Essas ideias vão circular entre as elites e o destino novo e ousado é a de libertar os negros escravos existentes na cidade. Por isso, os atos dessa elite são grandiosos, a estrada de ferro e as atividades de produção e trocas de mercadorias, que a mesma viabilizaria, fazem parte do espírito que norteia os valores burgueses: trabalho, progresso e produtivismo. Esses seriam os 'hábitos capitalistas' dos comerciantes que constroem o 'empório comercial' (FELIPE, 2001, p. 45).

Em 30 de setembro de 1883, as pessoas escravizadas da cidade de Mossoró foram libertadas juridicamente desta condição social, anos antes da Lei Áurea de 1888. Esse fato vai alimentar o capital político da elite comercial de Mossoró, já que corrobora com os princípios por eles pregados, como a liberdade a igualdade. Esse fato, significativo de uma modernidade que estaria se presentificando na cidade de Mossoró, quebra um dos paradigmas estruturais da tradição; paradigma esse que edificava as hierarquias, posições, fronteiras e papéis sociais que diferenciava homens libertos e homens em situação de escravidão. Que também estabelecia a instituição do Trabalho. Com a abolição oficial do regime de escravidão, não houve um vácuo na definição da diferenciação social, já que outros imperativos e dispositivos sociais o substituíram; esses, inclusive, com conteúdos modernos, ligados sobretudo ao que a ideologia burguesa pensava sobre o trabalho e sobre os trabalhadores.

O fato da libertação das pessoas em condição de escravidão fará parte da Memória oficial da cidade, sempre celebrada no dia 30 de setembro, junto a vários outros acontecimentos históricos que vão no mesmo caminho da narrativa mossoroense de liberdade, da igualdade e da resistência. As ideias progressistas também faziam parte dos princípios da elite comercial local, pois esta acreditava ser capaz de levar a modernização para a cidade, e que os seus negócios eram capazes de trazer o progresso. Mas, para isso, era necessário que Mossoró investisse em uma estrutura que ajudasse a

expansão comercial. O trem era um dos principais símbolos do progresso econômico de então. No Brasil, o trem fez parte do desenvolvimento da cultura cafeeira paulista, fazendo com que aquela província despontasse na importância econômica e política dentro do Império. Vale destacar que os ingleses foram os principais responsáveis pelo financiamento da instalação do trem no Brasil. A partir do caso de São Paulo, passaram os comerciantes do todo o país a creditar a possibilidade da modernização e do desenvolvimento econômico a partir do trem.

Na elite mossoroense, o principal entusiasta era o Suíço Johann Ulrich Graf (FELIPE, 2001). Ele se destaca entre seus iguais pela consciência de que para que Mossoró expandisse a sua influência enquanto Empório Comercial, a cidade deveria se conectar economicamente com as demais cidades do Nordeste Brasileiro. Para isso, ele desenvolveu um projeto de estrada de ferro que começava no porto de Mossoró, passaria pela Região Oeste potiguar, cortaria a Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e terminaria na Bahia, escoando os carregamentos pelo Rio São Francisco para o resto do país. Em 1875, Graf assinou um contrato com o Governo Provincial, mas o projeto como ele sonhava não saiu do papel (ROCHA, 2005). Foi somente em 1915 que Mossoró passou a contar com um trilho de trem. Percorrendo bem menos municípios do que o sonhado por Graf, o trilho inicialmente saia da região costeira para a cidade de Mossoró. Ao longos dos anos a rede ferroviária foi de expandindo, estabelecendo seu percurso mais longo quando foi ligado à cidade de Sousa/PB, em 1951 (OLIVEIRA, 2005).

A demora na providência do trilho de trem que expandisse a capacidade do comércio e a falta de investimento para construção de rodovias, segundo comerciantes, foi um dos motivos da derrocada da economia de Empório Comercial da cidade de Mossoró. Fato contestado por outros comerciantes, como Gurgel Fernandes. Esse empreendedor moral culpa não o atraso, mas a postura dos comerciantes diante seus negócios. Segundo Fernandes (2014, p. 50): “Sendo assim, a decadência de Mossoró era fruto de posturas tradicionais, que não atendiam mais as relações comerciais exigidas pelo viver moderno”. Outras cidades conseguiram expandir suas estradas, tomando a influência em regiões que antes tinham Mossoró como seu centro comercial. Campina Grande-PB e Fortaleza - CE conseguiram atrair os comerciantes e tiraram de Mossoró sua influência enquanto Empório Comercial do Nordeste Brasileiro. Outro motivo para o enfraquecimento do comércio mossoroense são as secas que atingiam o Sertão Nordestino e acabavam por desabastecer as casas de comércio.

A seca de 1877 enfraquece o comércio de importação e exportação de mercadorias, pois faltam o algodão, o couro, e as peles para a exportação e compradores para as mercadorias importadas. As casas

comerciais que lidavam essencialmente com essas transações fecham as portas, é o caso da CASA GRAFF (FELIPE, 2001, p.37).

Porém, é por causa da seca que Mossoró consegue dinamizar novamente sua economia. A consequência da seca foi o êxodo de pessoas do campo para a cidade. Elas vinham atraídas pelo básico: ter o que comer e o que beber. Mossoró, como já expomos sobre a ideologia da elite econômica, se vendia enquanto um centro cosmopolita, de oportunidades, terra de liberdade e resistência. De acordo com Felipe, 2001, p.37:

No entanto, a seca beneficia parte do comércio e dos capitais locais, principalmente, aqueles comerciantes que se tornaram fornecedores de alimentos ao governo central para serem distribuídos aos flagelados e aos capitais envolvidos com a extração de sal, que tiveram a sua disposição para o trabalho nas salinas a mão de obra dos retirantes.

Na prática, os moradores do campo, - que para fugir da seca vieram para Mossoró, - tiveram sua força de trabalho utilizada à baixa remuneração para o desenvolvimento da economia salineira, que, junto com outras matérias-primas, formaria um setor da agroindústria local. A função econômica da cidade gerava consequências morfológicas para o urbano: mais bairros surgiram a partir da expansão da cidade. Constatase, nesse processo de crescimento demográfico e da malha urbana mossoroense, uma divisão na cidade, já que os novos bairros surgiam tendo como eixo o trilho do trem (PINHEIRO,2007): os trabalhadores que moravam no Alto da Conceição estavam ligados à atividade do trem; enquanto no Santo Antônio os trabalhadores que lá moravam eram ligados à atividade do porto e, posteriormente, das salinas.

Enquanto isso, a região central do urbano mossoroense era ocupada pelo comércio e pelos moradores mais abastados. No centro estava a administração da cidade e ali eram construídos prédios públicos e sedes de novos aparelhos estatais. Se o trilho do trem mudou a estrutura da cidade e a reordenou para melhor funcionamento, isto ocorreu graças aos recursos adquiridos para sua construção, - adquiridos a partir de uma retórica política da elite local em convencimento da elite nacional, - tendo como justificativa o combate aos males decorrentes da chegada de retirantes para a cidade. A construção dos trilhos de trem ocuparia essas pessoas e faria com que eles tivessem o que comer. Chamamos aqui de retórica a partir do discurso sobre a seca, pois na prática os trabalhadores da construção do trilho do trem não eram retirantes, tal como nos alerta Lima (2011):

Não há dúvidas que muitos trabalhadores da estrada de ferro de Mossoró eram migrantes, mas seria errôneo classificá-los como retirantes fugidos das secas. Consistiam em trabalhadores que possuíam experiência na construção de outras ferrovias no Estado do Ceará" (p. 62).

Partimos da compreensão de que se trata de um uso político da demanda dos homens comuns da cidade de Mossoró, já que no ponto de vista do discurso eles seriam ajudados, mas durante sua implementação se observou outro tipo de pessoas trabalhando na obra. O sonho dos comerciantes de ter uma ferrovia que atendesse as demandas de Mossoró só foi realizado graças as demandas das pessoas que fugiam da estiagem e que eram excluídas da cidade; mas que, na prática, não participaram do processo de construção e estão excluídos da história do trem, que se refere prioritariamente aos comerciantes.

Enquanto isso, a cidade, lar desses homens comuns e centro de atração de tantos retirantes, era embelezada seguindo as tendências da arquitetura e do urbanismo francês, materializando os ideais cosmopolitas da elite comercial. De acordo com Felipe (2001 p. 51): “A postura cosmopolitana ficava comprometida pela pobreza da maioria da população, naquele momento, bastante acrescida pelos anos de seca – 1887-1889”. A estrutura de serviços urbanos que essas pessoas demandavam não se encontrava nas zonas onde elas se assentavam ao chegar na cidade: faltavam-lhes algo básico como a água tratada. A pouca infraestrutura com a qual a cidade contava estava concentrada no seu centro urbano.

MOSSORÓ NA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRA (1930-1960)

Nos anos 1930, a política nacional brasileira estava em profunda transformação. Desde o início da República, a política era marcada pelo coronelismo e pela dominação dos fazendeiros nas eleições. Havia uma alternância no executivo nacional entre setores paulistas e mineiros ligados à cultura cafeeira e à cultura do gado. Essa política ficou conhecida como Política do Café com Leite (LEAL, 1997, WEFFORT, 2003). Outra característica desse período era que a política local se articulava com a nacional a partir de relações clientelistas e governistas, em que os coronéis garantiam os votos e os líderes nacionais garantiam benfeitorias e recursos.

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, os setores que apoiaram essa movimentação entraram em cena, enquanto o poder dos latifundiários começava a diminuir. Em seu plano de ação, Vargas começava a investir na indústria nacional, além da abertura de empresas estatais. Trata-se do Estado participando diretamente da economia, protagonista para o seu desenvolvimento: tal política é conhecida como desenvolvimentista (BASTOS, 2012).

O fato da cidade pode ser lugar de indústrias ganha atenção nesse período de política econômica, em que se propôs uma indústria nacional que substituisse uma série de produtos simples que até então eram

importados. As cidades que já contavam com um certo equipamento público graças ao comércio, ganhou relevância para o empreendimento industrial, como a cidade de São Paulo (OLIVEN, 1980)

O efeito dessa política foi sentido em Mossoró: a economia da cidade passou a girar em torno da exportação de matérias-primas e produtos beneficiados para abastecer a indústria paulista. Os produtos exportados eram (PINHEIRO, 2007): óleo de caroço de algodão, óleo de oiticica, cera de carnaúba, de algodão e de agave, além do sal. Para ser possível essa prática econômica, construiu-se unidades industriais e oficinas que transformaram o espaço urbano da cidade. Além disso, o setor financeiro se fortaleceu e bancos se instalaram em Mossoró, facilitando, assim, o financiamento dos novos negócios industriais. Segundo Pinheiro (2007), em 1941, existiam apenas 3 bancos em Mossoró: o Banco do Brasil, o Banco Mossoró e a Casa Bancária S. Gurgel.

O período histórico que vai até os anos 1960-1970 também é marcado pelas obras públicas. As construções abarcavam uma grande quantidade de mão de obra, ajudando a empregar vários moradores da cidade. Um dos principais órgãos fomentadores das obras, a partir do governo Kubitschek, era a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O êxodo rural, com efeito, continuava, de modo que o processo de industrialização de Mossoró poderia significar novas oportunidades para as pessoas que passavam por dificuldades no campo. Mas a realidade poderia ser bem diferente, já que a maioria das unidades industriais não empregava muita mão de obra. Assim, essas pessoas, ao chegarem na cidade, se instalavam em regiões mais periféricas; dinâmica esta potencializada com a ocupação da margem direita do Rio Mossoró a partir da construção da ponte Jerônimo Rosado e da Avenida Presidente Dutra.

O bairro Alto de São Manuel surge a partir desse movimento: seus moradores ocupam zonas ribeirinhas e muitos deles estão atrelados à extração da carnaúba, matéria-prima para atividade industrial mossoroense. O bairro faz parte de um eixo de expansão sentido BR 304, que liga Mossoró à Natal. A ponte, que facilitou a ocupação de outras áreas da cidade, consolidou uma diferenciação territorial: aqueles bairros antes da ponte e aqueles bairros depois da ponte passam, então, a orientarem-se em uma forma de distinção dentre parte de pessoas mais abastadas e de pessoas mais simples e recém-chegadas que procuravam lugar para morar. Não que todos de um lado do Rio Mossoró fossem ricos, mas era lá que se encontravam os principais aparelhos públicos, tais como a Estação de trem, as casas comerciais, os bancos. Então, mesmo que outrora a ponte Jerônimo Rosado tenha rompido uma fronteira mais próxima entre as pessoas que já moravam na margem direita do Rio e o centro, a mesma possibilitou a

ocupação de terras cada vez mais distantes da região central da malha urbana mossoroense.

Os empreendimentos morais da política local

Atores e agentes políticos importantes ganharam força nessa época, principalmente os membros da família Rosado. O patriarca da família era o farmacêutico Jerônimo Rosado (patrônio da ponte acima citada), que vem para Mossoró a convite do médico e político Almeida Castro: os dois fazem negócios juntos. Jerônimo se afeiçoa muito bem com a sociedade da época, sobretudo com os pensamentos da elite comercial.

A partir de um *Empreendimento da Memória* (JELIN, 2002), o farmacêutico Jerônimo Rosado adota os sonhos do comerciante Ulrich Graf e os princípios de liberdade, igualdade e resistência na cidade de Mossoró. A partir de um uso político da Memória, ele tem como missão realizar o sonho dos pioneiros do Empório Comercial Mossoró para que a cidade de Mossoró pudesse continuar a se desenvolver economicamente como praça comercial destacada no interior nordestino.

Na memória da cidade, o que é cultivado, relembrado e comemorado é o outro discursos das suas elites que se apresenta como um “sonho econômico” dos primeiros comerciantes, cujo maior projeto é a construção da Estrada de Ferro de Mossoró, cujos trilhos sairiam das salinas localizadas nas proximidades da barra do rio Apodi-Mossoró até Boa Vista, nas margens do São Francisco, na Bahia, segundo o “Prospecto da Empresa” de Autoria de Ulrich Graf, que teve sua primeira edição publicada em 1876 [...] (Felipe, 2001, p. 53).

Os filhos de Jerônimo Rosado herdam a sua missão. Em 1948 Jerônimo Dix-Sept Rosado é eleito Prefeito de Mossoró. Imbuído da construção de uma memória coletiva do Empório Comercial, ele e sua equipe funcional, formada pelos seus irmãos, começam a realizar grandes obras na cidade. Realiza a construção de barragens no Rio Mossoró, favorecendo o abastecimento de água para a cidade, tanto para consumo como também para o uso nas unidades industriais. As barragens vinham para realizar um dos sonhos/missão de Jerônimo Rosado. Porém, a construção pereniza o rio e impede a utilização dele como transporte fluvial, sobretudo como porto. O movimento de modernização da cidade demandava também a melhoria do sistema energético da cidade. Segundo Felipe (2001, p. 92): “Em relação ao problema energético, cria-se a Companhia de Melhoramentos de Mossoró S.A. (COMENSA), da qual Dix-Sept torna-se o primeiro acionista, participando da aquisição de novos geradores”.

O grupo funcional² aconselhou a Dix-Sept Rosado implementação de um programa cultural, sendo formado pelos seguintes aparelhos públicos: Museu Municipal, Biblioteca Pública e o Boletim Bibliográfico. Tais realizações seriam de suma importância para a legitimação do capital cultural e intelectual do clã. O projeto foi acatado pelo prefeito, ficando a cargo do irmão Vingt-Un Rosado a diretoria do Boletim Bibliográfico. Tal órgão é o embrião da Coleção Mossoroense (Felipe, 2001). Este empreendedorismo moral foi responsável pelo processo de construção de uma memória oficial para a cidade de Mossoró, rememorando os abolicionistas como símbolos de liberdade e igualdade, os mossoroenses que resistiram ao ataque de Lampião e o motim feminino como símbolo de resistência, e os primeiros comerciantes como símbolo de progresso.

Pensamos, embasados no trabalho de Jelin (2002), que a memória coletiva é disputada moral e emocionalmente; atores e agentes sociais estão em constante disputa moral pela memória social, disputando quais fatos merecem ser memorados e quais devem ser esquecidos. Isso traz a memória para uma esfera política, permitindo também seu uso para tal. Assim, a Coleção Mossoroense faz um trabalho de *empreendimento de memória e de empreendimento moral* (BECKER, 2008), em que as memórias que devem ser lembradas são as que envolvem as aspirações de Jerônimo Rosado e seu panteão.

Essa memória social se torna memória oficial da cidade a partir do momento que elas saem das páginas do Boletim Bibliográfico e da Coleção Mossoroense e sobem nos palanques políticos, nos rituais e nas datas comemorativas da cidade. A título de exemplo de três desses momentos tem-se o *auto da liberdade*, comemoração em alusão ao 30 de setembro, data em que Mossoró libertou seus moradores vivendo em regime de escravidão. Porém, é unido a esse fato histórico o *motim feminino* contra o alistamento dos homens para a Guerra do Paraguai e o “primeiro voto” feminino do Brasil, na pessoa de Celina Guimarães Viana. E as festas juninas oficiais da cidade, quando é montado um teatro a céu aberto encenando a *Resistência contra o ataque de Lampião*.

Tal utilização da memória ajuda a construção de Mossoró como um lugar peculiar, um espaço cosmopolitano dentro do Nordeste Brasileiro, uma cidade *sui generis*. Nas palavras de Felipe (2001, p. 143): “A cidade imaginada agora não cabe no Rio Grande do Norte. É a cidade-estado – um ente coletivo imagético capaz de garantir o domínio dos Rosados nesse território que os mesmos tentam transformar em lugar”. Essa utilização também serviu para que os Rosados perpetuassem a sua dominação

²O grupo é formado pelos irmãos Dix-Huit Rosado, Dix-Neuf Rosado, Vingt Rosado e Vingt-Un Rosado, sendo o último o principal incentivador do pleito cultural.

política, construindo o 'País de Mossoró', onde eles, pelo atributo intelectual e por serem herdeiros dos sonhos da elite comercial que fez Mossoró se desenvolver economicamente, seriam os únicos líderes capazes de continuar avançando a cidade.

Destacamos que é preciso a desestabilização teórica do lugar simbolicamente construído a partir do uso político da memória de fatos históricos ocorridos em Mossoró, ao levar em conta os estudos a respeito do seu processo de expansão urbana, que teve como primazia de análise, aqui, o viés econômico. Constatamos que essa é uma história de exclusões, de uma cidade que funciona para uma elite, mas que para a população em geral se apresenta com sérios problemas. Uma gama de pessoas, sobretudo as que foram para Mossoró a partir do êxodo rural causado pela seca, estão excluídas da cidade imaginada, estão fora da celebração espetacularizada do País de Mossoró. A igualdade celebrada nas comemorações públicas encobre a desigualdade social real latente. E tal fato fica mais evidente nos anos seguintes.

MOSSORÓ DE 1960 AOS ANOS 2000

Na década de 1960, a política brasileira tem um rompimento em seu regime democrático. Desde os anos finais do Estado Novo (1937-1946), o sistema partidário brasileiro vinha se aperfeiçoando, novos segmentos sociais passaram a fazer parte do eleitorado brasileiro, aprofundando os princípios democráticos. Os presidentes da época passaram a contar com um maior apoio popular, figurando à época como o período populista da política brasileira (CAMPELLO DE SOUZA, 1976). Porém, com a eleição de João Goulart para presidente, inicia um diálogo com setores da Esquerda e com líderes mundiais ligados ao Comunismo. Tal fato, dentro do contexto de Guerra Fria (1947-1991), levou à articulação política internacional e nacional para que ele fosse deposto do poder. Em 01 de abril de 1964, um Golpe Militar é aplicado, iniciando uma Ditadura Militar que duraria 21 anos. Com a mudança política, vem também as mudanças econômicas: se antes falavam em economias desenvolvimentistas, agora é falado em economia intervencionista; porém, se mantém a atuação econômica das estatais e das grandes obras públicas.

Em Mossoró, o investimento no setor salineiro crescia desde o início dos anos 1960, quando o setor químico demandava uma produção maior. O investimento vindo do exterior serviu para mecanizar a produção, demandando menos pessoas no trabalho, criando um desemprego latente na área. De acordo como Rocha (2005, p. 55), ocorre um processo de profunda reestruturação da economia mossoroense: "[...] a mecanização das

salinas, que inviabilizou as salinas artesanais, levando-as à falência por não conseguirem acompanhar a modernização imposta pelo capital [...]".

O desemprego gerado contribuiu para a piora na situação de desigualdade na cidade, que já vinha sofrendo pelo enfraquecimento de outros setores, como o das ceras de carnaúba e oiticica. As pessoas que fugiam da estiagem e da seca do interior das regiões adjacentes encontraram em Mossoró a via do trabalho na salinicultura; logo, o desemprego atingiu principalmente as pessoas que já não se encontravam em uma situação de estabilidade na cidade. O fato levou toda uma região à decadência, como a conhecida região boêmia de Mossoró, o Alto do Louvor, que outrora era lugar de lazer para trabalhadores do sal e operários das mais diversas atividades ligadas à produção salineira.

Outra área econômica destacada na época é o setor da fruticultura. A partir de um investimento para que se fizesse uma cultura irrigada, o projeto, financiado pela SUDENE, acompanhava as tentativas dos militares de investirem no campo. A nível regional, ainda na primeira metade da década de 1970, a SUDENE açãoou, através do FINOR 34/18, uma política de industrialização voltada à produção de bens intermediários.

Nesse momento histórico de intensas transformações ocorreram: a mecanização das salinas; a implantação de uma importante unidade produtiva no ramo da fruticultura – a MAISA (Mossoró Agro-Industrial S/A); a implantação de uma grande indústria de beneficiamento – a USIBRÁS (Usina Brasileira de Óleos e Castanhas); a implantação da primeira e única fábrica de cimento do Estado – a Fábrica de Cimento Nassau (Itapetinga Agroindustrial S/A); a implantação da PLASMOL (Plásticos de Mossoró Ltda); a implantação de uma importante unidade produtiva no ramo de confecções – a Confecções Guararapes; e a modernização de algumas indústrias de menor porte (PINHEIRO, 2007, p. 135).

O empreendimento da MAISA e outros voltados à fruticultura irrigada ajudaram a assentar e frear o movimento de êxodo rural, tão presente na realidade mossoroense, já que dava oportunidade de renda ao campo, quando antes parecia que a maioria das oportunidades estavam na cidade. Além da economia direta do setor, a MAISA fez com que surgisse um setor terciário prestador de serviços para a área da cultura irrigada.

Os empreendimentos do setor se concentraram no bairro Centro e Alto de São Manuel. Com isso, a economia de Mossoró se caracteriza muito mais pelo setor prestador de serviços às áreas citadas, fazendo com que o eixo de expansão da cidade siga a saída para Natal e para Fortaleza. Citamos o crescimento do Bairro Alto de São Manuel como uma exemplificação desse movimento, onde, na década de 1960, foi construído o primeiro conjunto habitacional da cidade: o Walfredo Gurgel.

De acordo com Pinheiro (2007, p. 146):

Assim, a principal alteração na morfologia da cidade foi a mudança de seu eixo de expansão, que passou a ser no sentido sudeste-noroeste. Nesse eixo, se deu a acelerada expansão dos bairros residenciais utilizando os diversos investimentos das políticas públicas e, em especial, das políticas habitacionais.

Os conjuntos habitacionais faziam parte da política da Ditadura Militar. Foram construídas também casas que tinham como público-alvo os setores mais ricos da sociedade. Como o INOCOOP, construído no Alto do São Manuel e Nova Betânia, essas construções fizeram parte de um movimento da elite mossoroense, que se deslocava do bairro Centro para bairros próximos, como o Nova Betânia.

Esse deslocamento abandonou o centro tradicional da cidade como lugar de morada e fomentou a construção de mais lojas. Como consequência, um número incontável de casas foi derrubado ou reformado para abrigar novos empreendimentos comerciais. Se em um momento histórico anterior a arquitetura do centro significou uma Mossoró moderna, o tempo mostrou que o discurso de modernidade e a própria concepção de moderno é variável temporal e espacialmente, já que a modernidade estava sendo representado em morar em um outro tipo de casa, em um outro bairro. O moderno estava, então, representado nas indústrias, nas lojas de prestação de serviços, nas lojas varejistas.

A construção dos conjuntos habitacionais fortaleceu a atividade da construção civil da cidade e empregou uma série de pessoas nas obras públicas. Com a ocupação de um conjunto residencial em uma região, ao seu redor também surgia uma série de outras casas, com pessoas que trabalhavam na obra, trabalhavam nas casas ou prestavam serviços para aqueles novos bairros. Outro fator relevante para as mudanças na cidade e na sua expansão foi a construção de instituições de ensino superior, tais como a ESAM e a UERN, ocupando novas terras na direção sudeste da cidade. Tais órgãos públicos serviram também para a criação de novos empregos.

Sobre a ESAM, Felipe (2001, p. 131) afirma o seguinte: "Era uma instituição pública, mas, de domínio privado do grupo familiar". A família Rosado dominaria a instituição, já que eles teriam sido os responsáveis pela sua criação, a partir da atuação de Dix-Huit Rosado no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. A ESAM seria a realização do sonho de Ulrich Graf de que Mossoró tivesse uma Escola Agrícola, despondo a produção da agricultura mossoroense do resto do Nordeste.

Os Rosados também exerciam influência sobre a UERN, devido à Emendas que o então deputado Vingt Rosado destinaria para a instituição (FELIPE 2001). Podemos concluir, então, que parte dos empregos gerados pelas instituições serviam de cabide político para a dominação dos políticos da cidade. Porém, mesmo que em menor número, professores foram

contratados para ensinarem nessas instituições, com uma boa base salarial. Também de forma indireta, a partir de prestadores de serviço, mesmo que esses empregos fossem com uma remuneração menor e sem estabilidade.

A expansão para o sudeste deu-se também a partir da construção do Bairro Dom Jaime Câmara, diretamente relacionado à Favela das Malvinas, lugar em que chegaremos ao fim deste trabalho. Outra área econômica que influenciou a ocupação que se tornou as Malvinas foi a chegada da Petrobrás à cidade de Mossoró, ainda na década de 1970. Durante esse período, observou-se também uma mudança estratégica dos simbolismos da elite política, que até então preconizavam os princípios de liberdade e igualdade dos seus antepassados, concretizado no feito da abolição da escravatura em 30 de setembro de 1883. Essa preconização batia de frente com o contexto de ditadura militar e com as demandas de uma relação de amistosidade entre os políticos locais e os nacionais. Os Rosados escolhem, assim, outro elemento da história da cidade para repousar suas adorações políticas.

Em 1977, no quinquagésimo aniversário da resistência do povo de Mossoró contra o ataque do bando de lampião, os Rosados preparam a cidade para uma guinada nos rituais e cerimônias públicas para a adoração dos princípios ligados a essa efeméride. Segundo Falcão (2012, p. 4): “É por meio dos trabalhos da memória que é possível compreender como a Família Rosado se apropriou das narrativas sobre o passado da cidade e produziu comemorações e lugares de memória sobre o 13 de junho”. A cidade, então, passa a ser terra de resistência, de gente brava. Em sua história reescrita, reforça-se a autoridade do prefeito, guerreiro e intelectual que bravamente negou os pedidos do bando de lampião e decidiu confrontá-los, e do padre que guiou o povo nesse momento.

Favelização em tempos de Política Neoliberal

O fim da Ditadura Militar foi marcado por protestos pela liberdade política, sobretudo a partir da movimentação do “Diretas Já”. A política intervencionista da ditadura aumentou o endividamento externo do Brasil e o colocou em uma crise econômica. Tal fator foi um dos influenciadores para o fim do período militar. Então, a política econômica foi marcada por ações de diminuição da participação do Estado, de privatização de empresas estatais e de menos investimento público. Essa política é conhecida como política Neoliberal.

Um dos impactos dessa política em Mossoró foi o fim do investimento em conjuntos habitacionais, que mesmo que não dessem conta da grande demanda por moradias, ainda cumpria um papel importante para a cidade. Com o fim da política habitacional e com a crise econômica, o caminho viável para os moradores com menor poder aquisitivo parecia ser as

ocupações informais: a construção de favelas, já que em outros lugares o custo de aluguéis e casas ficava cada vez mais alto.

Não se trata de um problema diretamente causado pela crise econômica e pela austeridade da política neoliberal; pois, na verdade, só são escancarados os problemas históricos da cidade de Mossoró, já que até então não se havia desenvolvido políticas públicas para diminuir a desigualdade ao acesso à terra ou à casa própria.

Segundo Queiroz (2018, p. 82):

Assim, observamos a migração em massa da população rural para as cidades, conformando o processo de territorialização precária, surgindo aglomerados de exclusão no espaço urbano, as ocupações irregulares, muitas vezes questionadas judicialmente pela lei da propriedade privada, bem como pelos conteúdos normativos dos planos de organização do espaço urbano. Pudemos observar tais fatos, em nossa pesquisa sobre a cidade de Mossoró/RN, onde desde o final do século XIX e por todo o século XX ocorreram conflitos sociais no processo de produção territorial do espaço urbano.

Além disso, o mercado de trabalho na cidade sempre passou por problemas, como vemos a partir das diversas especializações ao longo da história, não havendo uma inserção da maioria da população que vinham para a cidade na busca de melhores condições de vida. Segundo Felipe (1981, p. 27):

No caso específico de Mossoró, a situação é mais grave ainda, pois a urbanização e as migrações campo-cidade, estão se processando mesmo sem a cidade industrializar-se, e nas poucas indústrias criadas nos últimos anos (para substituir os mercados o mercado de trabalho perdido pela falência das agro-indústrias e com a mecanização das salinas), verifica-se a mesma capacidade de criar euforia do emprego urbano-industrial. Por isso as populações das áreas rurais de cidades “da influência de Mossoró” estão se deslocando para o seu “centro regional” na busca desse emprego, tanto assim é que, do total dos trabalhadores da Confecção Guararapes, 56% são pessoas oriundas de outras cidades da citada área, que vieram para Mossoró a procura desse emprego, e os que vieram e não conseguiram o trabalho e também não voltaram para as suas cidades de origem?

Em 1997 havia pelo menos 32 favelas em Mossoró (ROCHA, 2005). Na região próxima ao Dom Jaime Câmara, existam as seguintes: Do Velho, do Iraque, do Tranquiliim, Techint. Com exceção do Tranquiliim, todos as outras formam o conjunto de favelas das Malvinas. Esse complexo urbano, aqui intitulado de Favela das Malvinas, em si, foi construída em 1985, na área onde hoje se encontra a praça do bairro. Aquela foi a primeira da região a ser urbanizada. Porém, a favela criou um estigma no espaço, de modo que toda região ficou conhecida como Malvinas, nome que abrangeu também as outras favelas próximas.

Este lugar, hoje conhecido como Nova Vida e Dom Jaime Câmara, mas que algumas partes específicas leva o nome de conjuntos habitacionais que foram sendo construídos ao logo de sua gentrificação, vem a ser o locus de pesquisa de mestrado em andamento. Logo, contamos com dados de uma observação participante preliminar.

A partir de conversas informais na praça do bairro, foi relatado que houve um grande aumento de número de moradores a partir de 1985, por conta da enchente do Rio Mossoró, que desabrigou vários moradores da região ribeirinha do Alto de São Manuel e do Walfredo Gurgel. A ocupação nessa região da cidade acompanha a expansão causada pela instalação da base da Petrobrás na região. Ela fez com que bairros como Alto do Sumaré, Liberdade e Bom Jesus se desenvolvessem, sendo ocupado por trabalhadores da base ou de prestadores de serviços. Empresas voltadas para a prestação de serviço se instalaram na região, dentre elas a Techint, empresa voltada para a construção civil.

A construção civil requer bastante mão de obra, mesmo que essa não seja tão bem remunerada ou qualificada. Assim, a Techint atraiu muitos trabalhadores para a região, formando ao redor de seu prédio a Favela da Techint. Em 1997 existiam pelo menos 210 casas e cerca de 1050 moradores (ROCHA, 2005). Esta favela foi erradicada a partir do Programa de Melhoria Habitacional.

A favela do Velho tinha em 1997 pelo menos 385 casas e 1925 habitantes; já a do Iraque contava com 62 casa e cerca de 310 habitantes. Mesmo sem informações de número de casas e habitantes da Favela das Malvinas, podemos estimar que na região havia pelo menos 657 casas e 3285 habitantes. As pessoas viviam ali em uma região de vulnerabilidade social, desconectados da cidade, sem acesso à água e à energia elétrica. Eram pessoas que, devido a problemas sociais da cidade, vinham de outras regiões de vulnerabilidade, como regiões ribeirinhas. Assim, eram pessoas diretamente excluídas da cidade oficial que demandava para si os princípios da igualdade, liberdade e resistência.

Os moradores dessa região e de outras favelas constroem, assim, uma cidade informal dentro da cidade de Mossoró, excluída da estrutura social e econômica da cidade oficial. Uma cidade informal que significa medo e vergonha para a cidade formal. A cidade formal estigmatiza as pessoas que moram nas favelas e reivindica à política local a pacificação da cidade informal.

Assim sendo, Queiroz argumenta (2018, p. 87):

No que se refere às políticas públicas destinadas ao problema das favelas, de acordo com os dados apresentados pela prefeitura, entre 1997 e 2004, através de programas habitacionais da prefeitura foram

construídas 4.117 casas de alvenaria, atendendo a 16.068 pessoas e 'erradicando' dezenove favelas em dez localidades.

Constatamos, portanto, que durante o período em que a política econômica nacional estava pautada no neoliberalismo, o poder público não conseguia dar conta da questão habitacional, aumentando o problema das ocupações informais e das moradias em situação de vulnerabilidade social. A partir dos anos 2000, e sobretudo a partir de 2002, o poder público local conseguiu obter maior apoio de programas habitacionais, promovendo a erradicação de favelas e a construção de conjunto habitacionais.

Na região das Malvinas, destacamos o Conjunto Nova Vida, que a partir de um empreendimento local os moradores reivindicam 'Nova Vida' como designação ao bairro onde moram. O conjunto que pôs fim à Favela das Malvinas construiu uma praça para a região, promovendo um espaço de lazer para seus moradores, mas que também pode ser vista como forma da cidade oficial operacionalizar uma mudança nas sociabilidades encontradas anteriormente e tentar apagar de vez a marca de que um dia aquele terreno teve uma ocupação ilegal, - um alerta para que não voltassem a ocupar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho trilhou a história da cidade de Mossoró com o objetivo de compreender como se deu o desenvolvimento urbano, sobretudo a partir de elementos econômico que demandavam uma função específica para a cidade. Na medida do possível, nós relacionamos o econômico com os processos políticos, pois os dois elementos em conjunto ajudam a inferir uma visão geral sobre essa história.

Porém, admitimos que a escolha por uma visão macroestrutural perdeu de vista processos sociais e culturais localizados dos atores e agentes que construíam a cidade, das regiões morais específicas formadas a partir da dinâmica urbana mossoroense e das aspirações daqueles que procuravam melhores condições de vida na cidade de Mossoró.

Nós não descartamos a visão de Perto e de Dentro (MAGNANI, 2002). A partir da elaboração desse artigo, que é um pano de fundo para o estudo dos processos sociais da cidade de Mossoró, podemos partir para lugares específicos da cidade, seja um bairro, uma rua ou uma forma de sociabilidade encontrada lá.

Na elaboração do trabalho, elaboramos a seguinte pergunta: Há relação entre os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade de Mossoró e a formação da Favela das Malvinas? Após a revisão bibliográfica e o desenvolvimento do trabalho, podemos afirmar que os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade tiveram como primazia a

importância econômica e tiveram como consequência um processo de exclusão social e de estratificação dentro da cidade de Mossoró.

A cidade atraiu moradores de outras regiões a partir da fuga das estiagens, mas ela não os incluiu na dinâmica econômica e social urbana, submetendo-os a situações de precariedade e construindo uma cidade informal. Com o desmonte do Estado pela política neoliberal e com a crise econômica que assolou o Brasil em fins do século XX, a situação ficou nítida com o aumento do número de ocupações informais por meio de favelas.

Então, a formação da Favela das Malvinas é resultado direto dos elementos que aqueceram e deram vida à economia da cidade de Mossoró. A hipótese inicial ganhou força ao longo do desenvolvimento do trabalho, mostrando como a região estava desconectada materialmente e simbolicamente do resto da cidade. Que para que fosse possível sua conexão, o poder público precisou gentrificar a região com conjuntos habitacionais, intervindo nas sociabilidades que ali se encontravam.

Além disso, percebemos que durante toda a história da cidade houve exclusões de parcela das populações, e que dentro de um processo histórico mais amplo há uma continuidade entre os lugares excluídos na contemporaneidade e os do passado. Percebemos que uma das concepções que fomentaram o estabelecimento de lugares excluídos foi o de modernidade.

Desde o momento que se estabeleceu o binômio tradição-modernidade, uma série de ações de exclusão passaram a ser aceitas em detrimento da cidade alcançar a tal modernidade. Mesmo que significando coisas diferentes, a modernidade e o desenvolvimento estiveram lado a lado em alguns momentos, sendo a modernidade presente mesmo que o desenvolvimento não estivesse tão acentuado. Com isso, percebemos que existe uma cidade muito maior no plano simbólico e imaginário do que no plano empírico e material. Essa cidade imaginada pôde até mesmo ser comparada a um país, justificado na sua história *sui generis*.

Mas, o país se apequena ao pensarmos que este não comporta sequer o tamanho real da cidade, já que tantos lugares estiveram historicamente excluídos. Lugares estes que eram em um momento vistos como tradicionais, mas que os admitir levaria a cidade a reconhecer não estar no nível de modernidade pretendida.

Em outro momento, os lugares excluídos são admitidos como consequência da modernidade pretendida pelos empreendedores morais locais; como consequência do desenvolvimento em curso; ou mesmo como um lugar de resíduo urbano. Lugar que se opõe ao resto da cidade por não ter a mesma civilidade ou por ser o lar de pessoas vistas como perigo para a vida urbana; de pessoas que fracassaram individualmente, como se os

problemas que elas enfrentassem não fossem problemas públicos e coletivos.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (Ed.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. 5^a ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.
- FALCÃO, Marcílio Lima. *No país de Mossoró: a memória de Mossoró, cidade da resistência como estratégia de manutenção do poder da Família Rosado (1970-2007)*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3.; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC, 10., 1-3 out. 2012, Fortaleza (Ce). Anais... Fortaleza (Ce): Expressão Gráfica; Wave Media, 2012.
- FERNANDES, Paula Rejane. *Jornal O Mossoroense: O Noticiador da Modernidade*. In: Maria Cristina Rocha Barreto; Guilherme Paiva de Carvalho (Org.), *Memórias do Espaço: Identidades e subjetividades*. Mossoró, Natal: Editora da UERN, 2014, v. 1, p.37-58.
- FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o "país de Mossoró"*. Mossoró: Editora Grafset, 2001.
- FELIPE, José Lacerda Alves. *O Urbano no Rio Grande do Norte: Notas para Estudo*. Coleção Mossoroense Volume CLXIV, 1985.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.
- LEAL, Vitor NUNES. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- OLIVEIRA, Manoel Tavares. *Estrada De Ferro Mossoró-Sousa: Um Sonho, Uma Realidade, Uma Saudade*. Fundação Vingt-un Rosado. Mossoró, RN: 2005.
- OLIVEN, RG. *Urbanização e Mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1980.
- PARK, Robert Ezra. "A cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano". In VELHO, Otávio G. (Org), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 26- 67, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. *O processo de urbanização da cidade de Mossoró*. Mossoró: Editora IFRN, 2007.

QUEIROZ, Rodrigo José de Góis. *Territorialização precária e cidade informal: um olhar sobre a cidade de Mossoró (RN)*. Cajazeiras – PB, v. 3, n. 6, 2018.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Expansão urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território*. Natal-RN: EDUFRN, 2005.

WEFFORT, Francisco Corrêa. [1978]. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.